

A TRADUÇÃO E O INTRADUZÍVEL NA ÁREA DA INFORMÁTICA: DO EMPRÉSTIMO AO TRANSBORDAMENTO DE LÍNGUAS ¹

Lucia Maria Silva KREMER

RESUMO *Este trabalho tem como objeto de investigação a entrada de termos ingleses no português brasileiro, em particular no campo da informática. O objetivo é refletir sobre a opção da tradução ou não desses termos e suas implicações para os estudos da tradução. Procuo argumentar que a forte tendência na área da informática de resistir à tradução de determinados termos provoca a desestabilização de algumas noções fundamentadas pela lingüística estrutural, especialmente a de língua materna e de língua estrangeira, ao mesmo tempo em que deflagra o transbordamento das línguas envolvidas na tradução. Parto do princípio de que o significado e sua origem não se encontram no significante para mostrar como a opção do tradutor pelo empréstimo, assim como qualquer outra, não pode recuperar seu significado original, uma vez que manter o termo estrangeiro não garante o resgate de um significado estável e livre de interpretações. A multiplicidade de línguas comum à tradução de textos de informática impõe ao tradutor o double bind, a necessidade e a impossibilidade da tradução. Quer traduza ou não a palavra estrangeira, estará produzindo significados e realizando um ato tradutório em que há intervenção e transformação e não meramente reprodução do significado pelo fato de manter o significante da língua de partida.*

ABSTRACT *This dissertation has as its object of investigation the inclusion of English terms in the Brazilian Portuguese, particularly in the field of computing. The aim is to reflect upon the option of translating or not such terms and its implications for the translation studies. I intend to argue that the strong tendency we found in the field of computing of resisting the translation of some specific terms undermines the stabilization of some notions founded on structural linguistics, in particular the pair mother tongue and foreign language as well as it indicates the overflowing of languages involved in translation. Based on the principle that the*

¹ Texto resultante da Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp, no dia 20 de agosto de 1999, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Ottoni.

signified and its origin are not found in the signifier, I intend to show that the option of the translator for loan words cannot recover the original signified, since the maintenance of the foreign term does not guarantee the recovering of a stable signified free of interpretations. The multiplicity of languages common to the translation of computing texts imposes on the translator the double bind, the necessity and the impossibility of translation. Either translating or not the foreign word, the translator will be producing meanings and also performing a translation act in which there is intervention and transformation, and not merely reproduction of the signified because the signifier of the source language was kept in its original form.

É tratando distintamente cada língua, enxertando as línguas umas nas outras, jogando com a multiplicidade das línguas [...] que se pode lutar [...] contra o princípio colonizador [...]
(Derrida, La crise de l'enseignement philosophique. In: *Du droit à la philosophie*, Paris, Galilée, 1990, apud Bennington & Derrida, 1996:244).

O acontecimento lingüístico que se opera no âmbito da informática – quando vários termos dispensam tradução e passam a ser empregados e assimilados com naturalidade por seus usuários – possibilita que a discussão sobre o empréstimo lingüístico e de sua tradução ou não ainda seja abordada. Entretanto, de forma distinta de como o fazem muitos tradutores de orientação lingüística, gramáticos e lingüistas de tradição estruturalista, pois não podemos deixar de levar em conta a incidência e a abrangência desse acontecimento e o fato de que muitos dos termos emprestados mantêm suas características aparentemente estrangeiras, sem necessariamente criarem um estranhamento ou demarcarem uma fronteira lingüística. Parto de uma perspectiva pós-estruturalista dos estudos da linguagem e da tradução para abordar esse acontecimento fora das polarizações em que normalmente é estudado, em especial fora de um sistema que estabelece relações claras, objetivas e estáveis entre os pólos língua materna e língua estrangeira e que podem ser analisados como complementares. Os termos empréstimo, estrangeiro e seus derivados são usados neste trabalho por motivos de economia e para fins argumentativos. Não há nessas opções lexicais nenhum acordo com as correntes lingüísticas, gramaticais e de tradução que usam tais termos com base em uma visão estruturalista da linguagem. Não pretendo sugerir outra nomenclatura, apenas refletir sobre as metáforas já instituídas de forma a conceber o empréstimo além dos limites de uma visão essencialista da linguagem e isentá-lo do estigma de estrangeirismo implícito nas metáforas tanto de gramáticos quanto de lingüistas.

É necessário, contudo, para a argumentação deste trabalho fazer um redimensionamento do conceito tradicional de empréstimo que, por sua vez, parte do redimensionamento de outros conceitos lingüísticos, em especial o de língua. Tradicionalmente, as línguas têm sido definidas como sistemas praticamente fechados que, em contato com outros sistemas, podem sofrer interferências de elementos lingüísticos que estão fora dos limites de sua estrutura. O empréstimo seria, segundo essa tradição lingüística, um fenômeno resultante de tal contato e determinado pela passagem de termos de um sistema para o outro de forma a suprir lingüisticamente um conceito ou referencial ausente no sistema receptor.

Entretanto, a identidade do empréstimo e sua definição não é algo que possa ser realizado de forma clara e objetiva, mesmo porque depende da definição e do conceito de língua. Para alguns lingüistas, a própria tentativa de definir língua já é bastante ousada, visto que “seus contornos conceituais são extremamente nebulosos e imprecisos” (Rajagopalan, 1998:22), mesmo porque, prossegue o autor, “o conceito de ‘uma língua’ apenas faz sentido quando entendido como sendo geopolítico” (Id. *ibid.*:25). Segundo Rajagopalan, “a lingüística, desde a sua estréia como ciência moderna, tomou a questão da identidade como uma questão pacífica, tanto no caso da identidade de uma língua quanto no caso da identidade do falante de uma língua” (Id. *ibid.*:26). O mesmo gostaria de propor com relação à identidade e ao conceito desses termos provenientes de línguas diferentes e que são tradicionalmente definidos como empréstimos. Na língua de especialidade da informática, por exemplo, são muitos os termos cuja identidade (no caso, seriam eles maternos ou estrangeiros?) deixa de ser pacífica na medida em que seu uso, seja por especialistas ou por leigos, é de tal forma indiscriminado que desestabiliza as fronteiras tradicionalmente estabelecidas por boa parte dos gramáticos e lingüistas, em especial os que definem as línguas como sistemas fechados e autônomos e acreditam ser possível falar de identidade da língua de forma pacífica e desprovida de interesses. Para Rajagopalan, aceitar sem críticas a idéia de “línguas individuais como conjuntos plenamente integrados e auto-suficientes tem contribuído apenas para deformar nosso entendimento” (Id. *ibid.*:42) de fenômenos como o multilingüismo, pidgins e crioulos, entre os quais vejo a possibilidade de incluir o acontecimento da linguagem tradicionalmente definido por empréstimo, em especial da forma como se opera no âmbito da informática no português brasileiro. É preciso, como diz o autor, “uma reconsideração do conceito tradicional de identidade estável e total” (Id. *ibid.*:39), em especial ao considerar “o *status* de línguas realmente mundiais como o inglês e o espanhol, sobretudo no contexto de sua importância sempre crescente como línguas francas para a comunicação internacional e de sua conseqüente perda de identidades restritivas e locais” (Id. *ibid.*:39). Até porque, acrescenta o autor, “é importante notar que a língua inglesa que hoje funciona como língua franca mundial número um é *língua materna de ninguém*” (Id. *ibid.*:39, grifo do autor). Desse modo, o inglês e o espanhol acabam manifestando “o que todas as línguas já revelam em sua própria constituição – uma tendência para a dispersão

ilimitada e para a hibridização” (Id. *ibid.*:39). Constatções dessa natureza deixam os mais puristas alarmados diante da dificuldade de salvaguardar a “suposta pureza de sua língua materna [...] contra a possível contaminação por línguas estrangeiras” (Id. *ibid.*:39). Embora seja “precisamente a perspectiva monolíngüe que a lingüística moderna toma como seu ponto de partida na discussão de problemas analíticos básicos tais como a construção de gramáticas e a natureza da competência” (Id. *ibid.*:40), fica cada vez mais difícil definir os contornos capazes de delimitar o que é estrangeiro e materno em uma língua. Como lembra Rajagopalan, “as línguas vivem em constante contato uma com a outra e se ‘contaminam’ mutuamente, constantemente criando possibilidades novas e nunca sonhadas” (Id. *ibid.*:39).

Falar em termos de estrangeirismo e vícios de linguagem, como o fazem muitos gramáticos, remete às noções de integridade e de pureza dos sistemas lingüísticos. O termo empréstimo, preferido pelos lingüistas, pressupõe fronteiras precisas e estáveis entre as línguas. Subjacente a essas metáforas fica a noção tradicional de tradução como sendo a passagem de um código para outro. Uma atividade realizada entre dois sistemas lingüísticos autônomos e estáveis que podem ser identificados com exatidão. Essa noção de tradução como transferência de significados entre línguas estáveis e precisas sugere que a identidade e a integridade das línguas estariam protegidas e que a legibilidade a traduzibilidade total seriam possíveis. Entretanto a identidade das línguas não é uma questão pacífica como as teorias tradicionais procuram defender. Além do mais, as teses da legibilidade e da traduzibilidade total poderiam encobrir a denominação e a repressão das línguas das culturas dominantes sobre as línguas consideradas menores. Em contrapartida, procuro argumentar que o empréstimo é um acontecimento que encena o movimento entre as línguas e, assim como a tradução, destaca que as línguas podem ser vistas como pólos complementares e não antagônicos. A abundância e a naturalidade com que os termos de informática circulam entre as línguas comprovam o movimento e a reciprocidade entre elas.

Para os teóricos que seguem a vertente lingüística da tradução, especialmente os que têm como ponto central de sua reflexão a noção de equivalência, da qual a oposição língua materna e língua estrangeira é constitutiva, o empréstimo é considerado uma tradução direta, ou seja, uma transmissão direta de significado de uma língua para outra. É um procedimento técnico utilizado quando determinados conceitos não existem na língua da tradução, ou ainda, quando o tradutor não encontra equivalentes na língua de chegada (a alternativa que lhe resta, então, é a de manter o termo tal e qual aparece no texto de partida). Entretanto, nem sempre ocorrem porque são intraduzíveis: para alguns tradutores da área da informática, muitos termos são mantidos em sua forma estrangeira porque traduzi-los seria o mesmo que torná-los ininteligíveis para o usuário da área.

Já para os estudos pós-estruturalistas da tradução, em especial os pós-colonialistas, cuja preocupação básica reside nas relações de poder subjacentes ao ato tradutório, mais especificamente nas relações assimétricas entre as línguas e as

culturas do texto de partida e da tradução, a manutenção do termo estrangeiro poderia ser uma forma de resistência contra um ato tradutório homogeneizador e domesticador. O tradutor deixaria de ser invisível e passaria a assumir com responsabilidade a inevitável transformação que ocorre em todo processo tradutório, fruto da inevitável interferência do contexto e das circunstâncias. A tradução deixa de ser vista como transferência e substituição inócua de significados e passa a ser reconhecida como uma atividade eminentemente produtora de sentidos. O tradutor realiza, como não poderia deixar de ser, uma prática interventiva, subjetiva e circunstancial. Traduzindo ou não os termos emprestados, ele estará produzindo significados e não meramente reproduzindo o significante estrangeiro na língua da tradução. Já não é mais possível conceber a tradução como uma ponte entre fronteiras nitidamente demarcáveis, uma vez que os mundos que a tradução procura ligar estão contaminados pela pluralidade. Em vez de confirmar fronteiras a tradução mostra como elas são instáveis. Sob essa perspectiva, o acontecimento dos empréstimos na linguagem de especialidade da informática corrobora a visão da tradução como uma atividade que evidencia a dificuldade de manter uma relação estável entre pólos culturais distintos. Os diferentes universos dentro de uma mesma nação, língua e cultura já estão saturados de uma multiplicidade de discursos, registros, variáveis lingüísticas e, neste mundo pós-colonial, cada vez mais envolvidos por uma pluralidade de línguas. A multiplicidade das línguas coloca em questão a homogeneidade, a identidade e a integridade dos sistemas lingüísticos e impõe ao tradutor o *double bind*, a necessidade ou impossibilidade da tradução. Opte o tradutor por ressaltar os estrangeirismos e as diferenças, ou por apagar as marcas consideradas alienígenas no ato tradutório que realiza, ele estará interferindo no texto que traduz e exercendo uma atividade que é produtora de significados e não mera reprodutora de significantes que carregariam consigo um significado estável que poderia ser resgatado com precisão.

No caso das formações neológicas por empréstimo, a distinção língua materna e língua estrangeira estaria entre as que sustentam as noções de estrangeirismos e vícios de linguagem. Para a tradução, essa oposição binária corrobora a noção de tradução como transferência de significados entre dois códigos lingüísticos passíveis de serem identificados com exatidão e de manterem suas características lingüísticas integralmente, sem interferências de outros códigos. Entretanto, a prática tradutória também é caracterizada por contextos marcados por duas ou mais línguas, o que torna a distinção língua materna e língua estrangeira instável no domínio da tradução. Vale lembrar que a impossibilidade de instaurar uma distinção puramente objetiva e protetora entre os termos de uma dicotomia não significa negar a mesma, “mas, sim, problematizar a relação entre os dois termos que a constituem” (Arrojo, 1992:11).

Para que os pólos materno e estrangeiro fossem mantidos intactos, a barra entre eles teria de ser rígida e impermeável. Entretanto, o transbordamento de línguas operado no acontecimento do empréstimo lingüístico terminológico da informática

sinaliza exatamente o contrário, ou seja, a flexibilidade e o movimento entre esses pólos. Não há sistemas intactos, sem restos de outros sistemas, sem contaminação, sem enxertos, assim como não há jogo de significação sem disseminação, dispersão de significantes e significados, sejam eles maternos ou estrangeiros, sejam eles maternos e simultaneamente estrangeiros. “Não há assim fronteiras entre as línguas, elas se complementam, provocando e proporcionando um transbordamento e evidenciando a multiplicidade de línguas envolvidas na tradução” (Ottoni, 1998:3).

Pensar a tradução e os empréstimos com base em uma lógica que privilegia um elemento dos pares dicotômicos e, conseqüentemente, marginaliza o outro, pode agravar ainda mais o *double bind* imposto por esses dois acontecimentos da linguagem ao tradutor que sofre e tem de suportar o impasse entre a necessidade e a impossibilidade da tradução. No caso da tradução do empréstimo, fica difícil definir e decidir qual termo é o marginal: se é aquele comumente tido como estrangeiro e estranho, ou aquele que sempre se julgou materno e familiar. A indecidibilidade marca ambos os acontecimentos, o empréstimo e a tradução, daí a tradução ou não dos empréstimos ser duplamente indecidível. Para Derrida, o texto “totalmente traduzível, desaparece como texto, como escritura, como corpo de uma língua. Totalmente intraduzível, mesmo dentro do que se acredita ser uma única língua, ele morre imediatamente” (1979:102). O mesmo acontece com o empréstimo: se domesticado pela tradução desaparece como marca, como escritura das relações assimétricas entre as línguas da tradução.

O acontecimento da linguagem tradicionalmente denominado empréstimo, em especial na área da informática, no português do Brasil, vem a ser um contexto propício para redimensionar a oposição língua materna/língua estrangeira nas teorias de tradução e para ressaltar o movimento do jogo da diferença entre os elementos dessa oposição. Nos textos traduzidos ou produzidos na área da informática, os termos ingleses aparecem totalmente integrados ao texto, desestabilizando e questionando, portanto, a distinção clara, objetiva e absoluta entre o par língua materna e língua estrangeira defendida por boa parte dos tradutores de orientação lingüística, lingüistas e gramáticos estruturalistas. Assim, podemos dizer que, do mesmo modo que o significado não está depositado no significante, o caráter de estrangeiro ou materno de uma língua não se encontra necessariamente depositado nos seus signos. Nesse contexto da informática, a distinção língua materna e língua estrangeira já não se sustenta com a mesma rigidez e clareza proposta pelos puristas. A facilidade e a naturalidade com que os termos ingleses na área da informática circulam entre as diferentes línguas marca o movimento entre os pólos língua materna e língua estrangeira, ainda que para os puristas essa mobilidade seja vista como uma perturbação lingüística e uma ameaça à identidade das línguas. Entre esses pólos há movimento, há transbordamento entre suas fronteiras, troca, mescla, hibridização lingüística.

Manter a palavra estrangeira não impede que ela, tal como qualquer outra palavra da língua materna, caia no movimento do jogo de significação entre as

línguas. O acontecimento da linguagem operado a partir da língua de especialidade da informática deflagra, portanto, o movimento do jogo da diferença e a impossibilidade de centralizar seu uso, priorizando ora a palavra estrangeira, ora a sua tradução, seja sob a forma de decalque, aclimação, explicação ou adaptação. Em ambos os casos há tradução — o empréstimo já é uma tradução, a presença em si do empréstimo não pode contribuir mais ou menos para a inteligibilidade do texto do que sua tradução, ainda que se acredite que o significado do empréstimo esteja garantido pela sua presença no texto. O significante estrangeiro do empréstimo não escapa à rede de diferenças, ao labirinto em que todo signo, materno ou estrangeiro, está envolvido. O significado de um significante não pode revelar senão outro significante. Contrariamente ao que propõe o estruturalismo, a presença de um significante não tem como garantir a estabilidade do significado. Acreditar que sim seria o mesmo que dizer que o empréstimo transcende ao processo de significação.

No que concerne ao empréstimo lingüístico na área da informática, o significante “deletar”, para tomarmos um exemplo, não é capaz de, por si só, indicar se é nativo ou estrangeiro. Seu uso ultrapassou o domínio da linguagem de especialidade e integrou o termo estrangeiro ao código materno como qualquer outro significante nativo, mostrando a impossibilidade de manter, no caso específico da palavra “deletar”, uma barra rígida e decidível entre o que é materno e o que é estrangeiro. Ou seja, as categorias materna e estrangeira são mais uma instituição humana a favor dos interesses sociopolíticos da cultura dominante, independentemente do território em que se encontrem. Portanto, não são características lingüísticas intrínsecas nem transcendentais. Assim como o significado não se encontra no significante, mas é produzido pelas circunstâncias em que está inserido, o que vai marcar o caráter de materno ou estrangeiro de uma palavra também dependerá do contexto em que se encontra. Os termos ingleses freqüentes nas traduções e na produção de textos na área da informática são tão familiares para seus usuários quanto qualquer termo português, traduzi-los acabaria por torná-los, nesses casos, estranhos e sem sentido. Logo, manter o termo estrangeiro em um texto traduzido não garante o resgate nem o transporte do significado original, visto que todo significante, tenha sido ele traduzido ou mantido em sua língua de origem, está sujeito à interpretação peculiar de cada novo contexto.

É nesse “funcionamento”, em suas “lacunas”, em sua indecidibilidade que o acontecimento da linguagem tradicionalmente tratado por empréstimo lingüístico pode ser entendido em toda a sua extensão. Os termos ingleses freqüentes na área da informática apontam para o movimento entre os pólos materno e estrangeiro ao mesmo tempo em que deflagram a dificuldade de identificar as línguas como sistemas puros, estáveis e totais. São termos que por vazarem de uma língua para outra desestabilizam a noção tradicional de identidade lingüística autêntica e inalterável. O transbordamento entre as línguas evidenciado na área da informática excede o conceito tradicional de empréstimo de significantes estrangeiros e de tradução direta difundidos pela teorias de tradução de orientação lingüística e

corroborar a noção de enxerto, de produção de novos sentidos a partir do movimento do jogo de significação entre as línguas da tradução.

Tal fato, por sua vez, gera uma problemática para o tradutor de textos de informática que, às vezes, tem de refazer sua tradução porque seu texto apresenta termos traduzidos que os usuários da área, tanto os leigos quanto os especialistas, já consagraram em sua forma *estrangeira*. O tradutor se encontra, assim, diante do *double bind*: a necessidade e impossibilidade da tradução. Ou seja, terá de decidir, nesse caso específico, entre o apagamento dos termos estrangeiros e a conservação deles no texto traduzido e, em ambas as opções – traduzindo ou não traduzindo, estará realizando um ato tradutório em que há intervenção. Convivendo e suportando o *double bind*, tentando reconciliar o intraduzível e a tradução, a necessidade e a impossibilidade da tradução, o tradutor estará inevitavelmente produzindo sentidos no ato que realiza.

A primeira opção – a tradução dos termos estrangeiros – privilegia o texto da língua de chegada, visto que haveria uma domesticação do texto de partida, de modo a torná-lo o mais próximo possível da língua e da cultura-alvo. Essa opção, marcada pelo apagamento de tudo o que o texto da língua de partida tem de estranho e de estrangeiro para o leitor da língua de chegada coaduna-se com teorias que tradicionalmente centram sua abordagem na cultura alvo, de forma a atingir tanto equivalência textual quanto transparência da parte do tradutor, apagando assim o complexo envolvimento do tradutor e das circunstâncias no ato tradutório realizado. As teorias de tradução de orientação lingüística, em especial pragmática, partem do pressuposto de “que a linguagem é um instrumento de comunicação empregado por um indivíduo de acordo com um sistema de regras” (Venuti, 1995:16)² e de que o tradutor deveria funcionar como um facilitador da comunicação e comunicar “o texto estrangeiro cooperando com o leitor doméstico” (Id., *ibid.*:16). Essa postura teórica tanto contribui para que o tradutor produza um texto homogêneo e transparente, evitando qualquer remanescente estrangeiro, quanto cria a ilusão de que, se o tradutor se mantiver invisível, não provocará ruídos e interferências no seu projeto de tradução/comunicação e, conseqüentemente, terá sido fiel ao texto/mensagem original. De acordo com Francis Aubert, a opção pela tradução centrada na cultura alvo “pode na realidade representar uma dissimulação da diferença, a fim de traduzi-la adequadamente e como parte integrante da língua da cultura alvo, ou, ainda, produzir uma ilusão de universalidade, cujos resultados, embora sejam menos perceptíveis, tendem a atenuar a diversidade” (1996c:195). Essa prática tradutória, também criticada por Lawrence Venuti (1986), “apaga a intervenção crucial do tradutor no texto” (p.179) e fomenta a ilusão de que “quanto mais invisível for o tradutor, mais bem-sucedida será a tradução, e mais visíveis o autor ou o significado do texto original” (Id., *ibid.*:179). A opção pela tradução fluente representaria, então, um ato comunicativo cooperativo e não problemático.

² Esta e as demais traduções de citações em inglês são minhas.

A outra opção do tradutor, a conservação dos termos estrangeiros, resultaria em um texto heterogêneo, no qual o estrangeiro, o estranho, seria, segundo os estudos da tradução, em especial os de perspectiva pós-estruturalista, a marca inevitável tanto do papel interventor do tradutor quanto do caráter transformador da tradução. De acordo com Venuti (1995), a tradição anglo-norte-americana, entretanto, enfatiza o discurso homogêneo para, assim, poder representar o estrangeiro conforme seus valores culturais e manter a hegemonia global da língua inglesa. Uma maneira, então, de compensar essa hegemonia seria despertar a consciência do leitor para a procedência estrangeira do texto por meio de um tradutor que “não deve ser nem cooperativo e nem comunicativo, mas contestador e provocador” (p. 19).

Contudo, no caso do tradutor na área da informática, instaura-se um paradoxo entre essas duas tendências teóricas dos estudos da tradução. O texto transparente e homogêneo - evocativo da tradução comunicativa - acaba representando exatamente o oposto do que se pretende em uma tradução na área da informática, ou seja, provoca um estranhamento para o público-alvo. O texto heterogêneo, repleto de termos estrangeiros é que será percebido como fluente e comunicativo. Para a tradução ou não do “empréstimo” lingüístico da informática, no português do Brasil, o remanescente estrangeiro a que Venuti se refere pode implicar exatamente o oposto, ou seja, a hegemonia da língua inglesa e não a disseminação dos valores culturais e lingüísticos dos países que estão fora do eixo euroamericano. Por outro lado, domesticá-los seria o mesmo que tornar invisíveis as relações assimétricas entre o texto original e o texto da tradução.

O projeto das teorias de orientação lingüística de produzir traduções fluentes, por meio de um texto homogêneo, entra em contradição no contexto tanto das traduções quanto das produções de texto na área da informática. Tais textos são marcados pela heterogeneidade e pela multiplicidade de línguas e é essa heterogeneidade que torna o texto comunicativo e fluente aos usuários da área. Nesse contexto, a língua materna representada por determinados termos é que se torna estranha, alienígena, ou seja, sem sentido. Parte dos significantes maternos da tradução acabam gerando o mesmo estranhamento que os significantes estrangeiros costumam gerar; o que é materno torna-se estrangeiro e o que é estrangeiro torna-se materno, ou seja, não é possível estabelecer relações claras, objetivas e absolutas entre as línguas envolvidas na tradução. Do mesmo modo que o significado não está depositado no significante, o caráter materno ou estrangeiro da língua também não pode ser identificado pelo significante. O que vai marcar a fluência ou a resistência de uma tradução nem sempre é o fato de apresentar um texto homogêneo ou heterogêneo. Não há no texto e na prática tradutória um modelo que possa ser seguido independentemente das circunstâncias e das relações de poder subjacentes ao uso da linguagem. Não traduzir os termos, mantê-los em sua língua de origem, não garante que escaparão do jogo da *différance* entre o significante e o significado. “O tradutor deve tomar cuidado para não achar que uma palavra emprestada tem o

mesmo significado da mesma palavra da língua da qual foi emprestada” (Beekman & Callow, 1974:198, *apud* Larson, 1984:183).

As teorias de tradução de orientação lingüística não levam em conta a possibilidade de em uma tradução estarem envolvidas *mais de duas* línguas. Isso porque tradicionalmente traduzir significa passar um texto de uma língua para outra. A tradução seria uma ponte entre dois pólos considerados estanques, sem possibilidades de físsuras que permitissem um transbordamento entre eles. Entretanto, as línguas transbordam e se absorvem, não há unidade e identidade pura e simples, não dá para saber o que é de uma língua ou de outra depois que os termos emprestados estão integrados pelo uso. Os termos ingleses frequentes nas traduções e na produção de textos na área da informática são exemplos do transbordamento entre a línguas. A tradução deixa de ser vista como uma atividade operada entre dois sistemas lingüísticos autônomos, em que há o envolvimento de duas línguas distintas, mas um acontecimento que torna evidente que há sistemas lingüísticos que comportam em si várias línguas, como tem apontado as reflexões desconstrutivistas da linguagem. Os termos ingleses enxertados e implantados no campo da informática também evidenciam que há sistemas lingüísticos que comportam em si várias línguas. Há vários casos nesse sentido: *deletar, escanear, zapear, formatar, zipar, deszipar, debugar, restartar, descompactar*. Além desses enxertos que vão tomando a forma da língua que os recebe, há outros que se mantêm tal qual na língua de origem, mas que para o usuário são tão naturais quanto qualquer outro significante materno. É o caso de termos como *mouse, mousepad, bug, backup, boot, clock, laptop, notebook, default, desktop, download, driver, e-mail*³ e por aí afora.

A prática tradutória também é caracterizada por contextos marcados por duas ou mais línguas simultaneamente e não necessariamente por dois códigos lingüísticos que podem ser identificados pacificamente. Não são poucos os textos e contextos em que há várias línguas e o tradutor muitas vezes acaba subestimando a multiplicidade de línguas da tradução e apagando todos os termos estrangeiros em virtude de uma prática tradutória convencional. A domesticação desses termos considerados estranhos ao texto da tradução não torna o texto mais ou menos familiar à comunidade de usuários. Muitas vezes, apagar o termo estrangeiro, seja em função de uma prática tradutória em que a cultura e a língua alvo são privilegiadas ou ainda em decorrência de uma postura purista, influenciada pelos gramáticos ortodoxos, que ainda hoje classificam esses termos como vícios ou anomalias da linguagem, pode criar um texto ininteligível para os usuários da área em questão.

³ Todos esses termos foram retirados de: Borman, J. L. *Dicionário de Informática for Kids: para crianças – e seus pais*, tradução de Helena Gomes Klimes. São Paulo: Callis, 1997. Alguns deles também constam do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, publicado pela Academia Brasileira de Letras, 2.ed., 1998.

O empréstimo do significante estrangeiro pode levar à ilusão de que seu significado também será resgatado. Tal noção está atrelada à crença de que o significante carrega consigo o significado e que o trabalho do tradutor será o de transportar esse significado de uma língua para outra. Ilude-se o tradutor que, ao não encontrar elementos na língua da tradução, opta pelo empréstimo do significante estrangeiro como se sua presença garantisse o mesmo sentido do texto de partida.

Os textos traduzidos na área da informática desestabilizam as noções de tradução como transferência ou substituição de uma língua para outra, ao mesmo tempo em que redimensionam as categorias materna e estrangeira das línguas. São textos permeados de termos estrangeiros que, se forem substituídos por equivalentes maternos, poderão ficar sem sentido para o leitor. Entretanto, essas mesmas palavras assumem valores diferentes quando relacionadas ao contexto do leitor brasileiro. O tradutor deve estar consciente de que, mesmo optando por manter os termos estrangeiros, não estará recuperando seu significado original, uma vez que a opção pelo empréstimo não garante o resgate de um significado estável e livre de interpretações. A repetição do termo estrangeiro, portanto, não está isenta das interferências de um contexto ou de uma interpretação.

BIBLIOGRAFIA

- ARROJO, R. (org.). "Introdução." In: **O signo Desconstruído – Implicações para a Tradução, a Leitura e o Ensino**. Campinas: Pontes, 1992.
- AUBERT, F. H. "Logodiversity and Translation." In **Meta** **XLI** (2): 192-195, 1996c
- BENNINGTON, G. ; DERRIDA, J. **Jacques Derrida**. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BORMAN, J. L. **Dicionário de Informática for Kids: para crianças – e seus pais**. Trad. De Helena Gomes Klimes. São Paulo: Callis, 1997.
- DERRIDA, J. "Living on, Border Lines." In Geoffrey Hartman (org.), **Deconstruction & Criticism**. Nova York: The Seabury Press, 1979, pp. 75-176.
- LARSON, M. L. **Meaning-Based Translation: a guide to cross-language equivalence**. New York: University Press of america, 1984.
- OTTONI, P. "Tradução Recíproca e *Double Bind* – Transbordamento e Multiplicidade de Línguas". In.: **Revista Internacional de Língua Portuguesa** – número especial sobre Tradução, Lisboa – Portugal: 1998 (a sair).
- RAJAGOPALAN, K. "O Conceito de Identidade em Lingüística: É Chegada a Hora para uma Reconsideração Radical?" In: Inês Signorini (org.), **Língua(gem) e Identidade: Elementos para uma Discussão no Campo Aplicado**. Trad. Almiro Pisetta. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.
- VENUTI, L "The Translator's Invisibility." **Criticism, Spring 86**, vol. XXVIII, nº 2, pp.179-212.

_____. "Translation, Heterogeneity, Linguistics". Trabalho apresentado no Congresso de Linguística Aplicada, na UNICAMP, Campinas, 1995, pp. 1-28 (mimeo). Publicado, In: **TTR (Traduction, Terminologie, Rédaction) 9. 1**: 91-116, 1996.